

Aviso de CONTRATAÇÃO DIRETA

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)

190299

OBJETO

Aquisição de materiais de consumo – COLAS BASTÃO, CLIPES DE PAPEL, CAIXAS DE ARQUIVO, CANETAS ESFEROGRÁFICAS, CANETAS MARCA TEXTO, CANETAS MARCADOR PERMANENTE, GRAMPOS, BORRACHAS, CLIPES, FITAS ADESIVAS, LAPISEIRAS, GRAFITES, XÍCARAS, COPOS DESCARTÁVEIS, BOBINAS DE SENHA, REFIL PARA PURIFICADOR DE ÁGUA, LÂMPADAS LED, PLAFONIERES, REFLETORES, BEBEDOUROS TIPO COLUNA, BEBEDOUROS PARA GARRAÇÃO, DETECTOR DE METAIS E EXTINTORES DE INCÊNDIO PARA A DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 42.097,73 (*Quarenta e dois mil, noventa e sete reais e setenta e três*)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **09/7/2026**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das **9h até 15h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

PREFERÊNCIA



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	4
2. REGISTRO DE PREÇOS	4
3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	4
4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	6
5. FASE DE LANCES.....	8
6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	9
7. HABILITAÇÃO.....	10
8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	11
9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	11
10. CONTRATAÇÃO	11
11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	12
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	15

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90003/2026

(Processo Administrativo nº 058.00066201/2026-15)

Torna-se público que o(a) **DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU UGE/UASG 180299**, por meio do(a) **SETOR DE MATERIAIS, LOCALIZADO NA PRAÇA DOM PEDRO II Nº 3-20, CENTRO EM BAURU/SP**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do **art. 75, caput, inciso II**, da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, observando a disciplina do referido diploma legal, do **Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024**, do **Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023**, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

Data da sessão: 09/7/2026

Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00

Link: <https://www.comprasnet.gov.br>

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **COLAS BASTÃO, CLIPES DE PAPEL, CAIXAS DE ARQUIVO, CANETAS ESFEROGRÁFICAS, CANETAS MARCA TEXTO, CANETAS MARCADOR PERMANENTE, GRAMPOS, BORRACHAS, CLIPES, FITAS ADESIVAS, LAPISEIRAS, GRAFITES, XÍCARAS, COPOS DESCARTÁVEIS, BOBINAS DE SENHA, REFIL PARA PURIFICADOR DE ÁGUA, LÂMPADAS LED, PLAFONIERES, REFLETORES, BEBEDOUROS TIPO COLUNA, BEBEDOUROS PARA GARRAFÃO, DETECTOR DE METAIS E EXTINTORES DE INCÊNDIO PARA A DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1.1.1. Sendo estabelecido na documentação que compõe este Aviso que o objeto desta dispensa eletrônica contém mais de um item, será facultado ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço** observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, *bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.3.1. *Para todos itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

3.3.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos a cooperativas que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, observando-se os limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma dispensa eletrônica, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o Contratado.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo que constar da planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto a ser contratado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.8.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal; e

4.8.6. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item 4.9.1 subsequente.

4.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada na subdivisão anterior, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário* relativo ao item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer *valor inferior* ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de *percentuais* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, é de *1% (um por cento)*.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do *menor lance* registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

6.1.1. Na hipótese a que se refere a subdivisão acima, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o *menor preço*, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.4 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. Sicafe;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

6.4.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

6.5. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

- 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;
- 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado que tenha sido definido para a contratação;
- 6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanável.
- 6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta ou lance que:
- 6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.10. *Além das disposições acima, a análise de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:*
- 6.10.1. *[O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, aquele que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe este Aviso), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021).]*
- 6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. *Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Aviso como Anexo considerando o objeto do procedimento, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do fornecedor classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Aviso.*

6.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento da subdivisão acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicaf, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação (art. 17, § 2º, do Decreto estadual nº 68.304, de 2024).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.10. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. *A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.*

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.*

10. CONTRATAÇÃO

10.1. *O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

10.1.1. *O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;*

10.1.2. *O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.*

10.1.3. *A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:*

10.1.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Aviso e seus Anexos e à sua proposta;

10.1.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

10.1.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

10.1.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

- 11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nas subdivisões anteriores ficará sujeito às seguintes sanções, após regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

- a) Advertência pela falta do item 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) *Multa por qualquer das infrações dos itens 11.1.1 a 11.1.12, calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento;*

b.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste instrumento, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das infrações

previstas nos itens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos casos dos itens 11.1.2 a 11.1.7 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente Aviso com uma nova data;
- b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;
- c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

12.1.1. No caso da alínea “b” da subdivisão anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2. As providências das alíneas “a” e “b” da subdivisão anterior também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: [e-mail materiais.secbauru@policiacivil.sp.gov.br]

12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico materiais.secbauru@policiacivil.sp.gov.br

12.3. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

12.13.1. ANEXO I – *Termo de Referência*

12.13.1.1. ANEXO I.1 – *Estudo Técnico Preliminar*

12.13.2. ANEXO II – *Minuta de Nota de Empenho*

12.13.3. ANEXO III – *RESOLUÇÃO SSP 05/26*

12.13.4. ANEXO IV – *Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

12.13.5. ANEXO V – *Modelo(s) de Declaração(ões);*

12.13.6. ANEXO VI – *Planilha orçamentária*

Bauru , 01 de julho de 2026.

LUCIANO DE BARRO FARO
DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU
DIRIGENTE DE UNIDADE DE DESPESA
UGE/UASG 180299

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 12 deste Aviso).

|

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

Vide o arquivo específico em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 12 deste Aviso).



Governo do Estado de São Paulo

MODELO NOTA EMPENHO

NOTA DE EMPENHO - BEC - 2023NE

UG	180299 - DELEG. SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU						
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO						
Data de Emissão	XXMAR2024						
CNPJ/CPF/UG	XX.XXX.XXX/0001-XX						
Credor	CREDOR LTDA						
Endereço	RUA I						
Cidade	SAO PAULO	UF	SP	CEP			
Origem Material							
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
401891	18002		150010001	339030	180011		180205
No Processo			Acordo				
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL		Ref Dispensa	LF 8.666/93			
Licitação			Modalidade	1 - ORDINARIO			
Empenho Orig.			Nº Contrato	2023CT01	Nº OC		
Valor do Empenho R\$	1.104,00 (um mil e quatro reais)						
Cronograma							
		Mês	Valor				
		12	X.XXX,XX				
Sequência	001	Item		Unid. Forn.	00001		
Quantidade	000000060,000	Valor Unitário	18,40	Preço Total	1.104,00		
Descrição							
DESCRIÇÃO DO PRODUTO							

ANEXO III

RESOLUÇÃO SSP 05/2026

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

(...)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do fornecedor)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

|

ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

Termo de Referência 40/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
40/2026	180299-ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU	BIANCA ARAUJO E SILVA	30/06/2026 13:48 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		058.00066201/2026-15

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 058.00033556/2026-28)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de bens de consumo, COLAS BASTÃO, CLIPES DE PAPEL, CAIXAS DE ARQUIVO, CANETAS, GRAMPOS, BORRACHAS, CLIPES, FITAS ADESIVAS, LAPISEIRAS, GRAFITES, XÍCARAS, COPOS DESCARTÁVEIS, BOBINAS DE SENHA, REFIL, LÂMPADAS LED, PLAFONIER, BEBEDOUROS GARRAFÃO, DETECTOR DE METAIS, EXTINTORES DE INCÊNDIOS para a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru e unidades subordinadas nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Cola Composição: Resina Sintética, Glicerina, Água E Conservantes , Cor: Branca , Aplicação: Papel , Características Adicionais: Atóxica , Tipo: Bastão	289499	TUBO DE 40 GRAMAS	120	9,57	1.148,40
02	Clipe aplicação: fixar papéis e similares, formato: paralelo, material: aço carbono, tamanho: 4/0, tratamento superficial: niquelado Unidade de fornecimento: Caixa	367973	CAIXA COM 50 UNIDADES	120	2,55	306,00
03	Caixa Arquivo Material: Papelão Kraft, Onda Simples. , Dimensão (C X L X A): 140 X 240 X 360 Mm. CM, Cor: Pardo , Impressão: Com Campo Para Identificação , Características Adicionais: Apresentação Em Unidade	602026	UNIDADE	700	6,00	4.200,00
04	Esferográfica Material: Plástico , Quantidade Cargas: 1 UN, Material Ponta: Níquel Prateado com Esfera De Tungstênio, Tipo Escrita: Fina, Cor Tinta: Azul , Características Adicionais: : Corpo Sextavado, Transparente E Carga Substituível	307917	UNIDADE	350	1,59	556,50
05	Caneta Marca-Texto Material: Plástico , Tipo Ponta: Chanfrada , Cor: Amarela , Características Adicionais: Traço 4 Mm	486374	UNIDADE	100	2,00	200,00
06	Caneta Marcador Permanente Material: Plástico , Cor Tinta: Preta , Características Adicionais: Traço 4 Mm	364609	UNIDADE	100	6,28	628,00
	Grampo Grampeador Material: Aço Galvanizado , Tamanho: 26		CAIXA			

07	/6	290525	COM 5000 UN.	120	10,97	1.316,40
08	Borracha Apagadora Escrita Material: Borracha, Comprimento: mín. 40 MM, Largura: mín. 30 MM, Altura: mín. 10 MM, Cor: Branca , Características Adicionais: Capa Plástica Protetora	450795	UNIDADE	120	3,35	402,00
09	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado , Tamanho: 8/0 , Material: Arame De Aço , Formato: Paralelo	458597	CAIXA COM 25 UNIDADES	50	2,90	145,00
10	Fita Adesiva Material: Polipropileno , Tipo: Gomada , Largura: 48 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Marrom , Aplicação: Empacotamento	290035	UNIDADE	30	4,86	145,80
11	Fita Adesiva Material: Polipropileno Transparente, Tipo: Monoface, Largura: 48 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Incolor , Aplicação: Multiuso	303747	ROLO	120	6,48	777,60
12	Lapiseira Material: Plástico , Diâmetro Carga: 0,9 MM, Características Adicionais: C/Prendedor, Ponta E Acionador De Metal C/Borracha	252587	UNIDADE	70	7,00	490,00
13	Grafite Diâmetro: 0,9 MM, Aplicação: Lapiseira , Características Adicionais: Tipo: Hb	364047	TUBO COM 12 UNIDADES	60	3,91	234,60
14	xícaras capacidade: 80 a 85 ml, características adicionais: com pires, cor: preto, material: porcelana. Unidade de fornecimento: Unidade (DESCRIÇÃO ABAIXO)	306969	UNIDADE	176	21,32	3.752,32
15	Copo Descartável Material: Polipropileno , Capacidade: 180 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Atóxico E Biodegradável	612245	PACOTE COM 100 UN.	100	6,44	644,00
16	Copo Descartável Material: Plástico , Capacidade: 80 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Atóxico, Biodegradável De acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865 , Cor: Branco	417220	PACOTE COM 100 UN.	50	6,84	342,00
17	Bobina Papel Senha Material: Papel Térmico, Largura: 80 MM, Comprimento: 40 M, Cor: Branca	376141	UNIDADE	200	7,80	1.560,00
18	Refil Material: Carvão Ativado e Membrana UF, Aplicação: Purificador de água EOS Premium Eletronico All Black EPE01P, Bivolt	350146	UNIDADE	12	73,00	876,00
19	Lâmpada Led Modelo: Led , Tensão Nominal: Bivolt, Potência Nominal: 9 W a 10W, Tipo Base: G13, Temperatura De Cor: 6500k, Formato: Tubular T8, Comprimento: 60 cm	468577	UNIDADE	40	12,94	517,60
20	Plafonier Material Corpo: Alumínio E Acrílico, Formato: Quadrado, Tipo Lâmpada: Led, Luz Branca 6500k Potência Lâmpada: 18W, Cor: Branca , Características Adicionais: Bivolt, slim, Sobrepor	485912	UNIDADE	25	24,02	600,50
21	Plafonier Material Corpo: Alumínio E Acrílico, Formato: Retangula, Tipo Lâmpada: Led Retangular, Luz branca 6500k Potência Lâmpada: 40W, Cor: Branca: Características Adicionais: Bivolt, slim, sobrepor, Tamanho: 30CM x 60CM,	448562	UNIDADE	15	107,00	1.070,00
22	Refletor Material Corpo: Alumínio, Aplicação: Sistema de Iluminação, Tipo Lâmpada: Led , Potência Lâmpada: 50 W, Tensão Alimentação: Bivolt , Grau Proteção: Ip66 (Tabela Ingress Protection) , Características Adicionais: Haste Direcional, Fluxo Luminoso: de 3.700 a 3.900 LM, Temperatura De Cor: 6.500	470263	UNIDADE	12	32,80	393,60
23	Bebedouro Água Tipo Coluna, Pressão, Características Adicionais: 2 Saídas, Termostato Regulável, Material Aço Inoxidável	439361	UNIDADE	03	1.662,50	8.312,50
24	Bebedouro Água Garrafão Material: Aço Inoxidável , Tipo: Elétrico De Coluna , Capacidade: 20 L, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: Gás Ecológico/2 Torneiras (Água	392319	UNIDADE	07	805,99	5.641,93

	Natural/Gelada)				
	Detector Metais Formato: Bastão , Material: Plástico Injetado Abs Alto Impacto E Alumínio , Tipo Alarme: Sonoro , Aplicação: Localizador De Massas Metálicas Ferromagnéticas , Componentes Adicionais: Carregador, Bateria Recarregável , Características Adicionais: Capacidade De Localização De Até Ate 4 Metros	614601	UNIDADE 04	179,30	717,20
25	Extintor Incêndio Material Mangueira: Borracha , Material Trama: Aço , Material Difusor: Polietileno , Material Cilindro: Tubo Aço Sem Costura, Capacidade: 10 L, Pressão Serviço: 10,5 KGF/CM2 Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Epóxi-Pó na cor Vermelha, Normas Técnicas: Nbr 15808 Aplicação: Incêndio Classe "A" , Material Carga: Água Pressurizada Adicional: Com suporte de chão e parede	476677	UNIDADE 06	182,63	1.095,78
26	Extintor Incêndio Material Mangueira: Borracha , Material Trama: Nylon , Material Válvula Saída: Latão Forjado, Material Cilindro: Aço, Capacidade: 6 KG, Pressão Serviço: 10,5 KGF /CM2, Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Epóxi-Pó Eletrostático , Normas Técnicas: Nbr 15808 , Aplicação: Incêndio Classe "A", "B" E "C" , Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs Adicional: Com suporte de chão e parede	623903	UNIDADE 39	226,00	8.814,00
27					

1.2. *Os bens de consumo objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

**** O ITEM 14 (XÍCARAS COM PIRES) DEVERÁ APRESENTAR CAPACIDADE APROXIMADA ENTRE 80 E 85 ML, ALTURA VARIANDO DE 6,5 CM A 7 CM E DIÂMETRO APROXIMADO ENTRE 7,6 CM E 8 CM. ADEMAIS, AS PEÇAS DEVERÃO SER NA COR PRETA E CONTER O BRASÃO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO EM SUA VERSÃO COLORIDA.**

ESTA UNIDADE ADMITIRÁ PROPOSTAS QUE ATENDAM AOS SEGUINTE MODELOS ILUSTRATIVOS:







> Brasão Polícia Civil

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **30 dias** contados do(a) abertura do processo na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2;

4.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.4. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

Subcontratação

4.16. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.24. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.*

5.3. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.4. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:*

Seccional de Polícia de Bauru, situada na Praça Dom Pedro II, Nº 3-20, Centro de Bauru/SP - Entregas de Segunda à Sexta das 08H às 15H (dias úteis)

5.4.1. *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

6.2. *Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.*

6.3. *As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.*

6.4. *O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*
Medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.17. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Exclui-se tal redação, tendo em vista que tal tópico não está incluso no Modelo de Termo de Referência do Toolkits 2026.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 cinco dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0,5 % de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado no Banco do Brasil S/A.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação[A3]

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 44.887,73 (quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 00001/ 180299;
- II) Fonte de recursos: 150010001
- III) Programa de trabalho:
- IV) Elemento de despesa: 33903090;
- V) Plano interno:

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Bauru, 30 de junho de 2026.

Cristiane R. G. de Faria

13. ANEXO I

Exclui-se tal redação tendo em vista que não consta no Modelo Toolkits 2026.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANE REGINA GOMES DE FARIA

Equipe de apoio

ESP-DELEG.SECCIONAL DE POLICIA DE BAURU

Estudo Técnico Preliminar 32/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 058.00066201/2026-15

2. Descrição da necessidade

2.1 Justifica-se a aquisição de bens de consumo - COLAS BASTÃO, CLIPES DE PAPEL, CAIXAS DE ARQUIVO, CANETAS, GRAMPOS, BORRACHAS, CLIPES, FITAS ADESIVAS, LAPISEIRAS, GRAFITES, XÍCARAS, COPOS DESCARTÁVEIS, BOBINAS DE SENHA, REFIL, LÂMPADAS LED, PLAFONIERES, BEBEDOUROS GARRAFÃO, DETECTOR DE METAIS, EXTINTORES DE INCÊNDIO, para Delegacia Seccional de Polícia de Bauru e unidades subordinadas por meio do procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, previsto na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

2.2 A Delegacia Seccional de Polícia de Bauru tem como Circunscrição, 18 Unidades Policiais da SubRegião (Reginópolis, Borebi, Balbinos, Ubirajara, Presidente Alves, Lucianópolis, Pederneiras, Piratininga, Pirajuí, Cabrália Paulista, Avaí, Arealva, Paulistânia, Macatuba, Duartina, Agudos, Iacanga e Lencóis Paulista), o Plantão Policial de Bauru, a Delegacia de Defesa da Mulher de Bauru e o Plantão Polo Sub-Região, sendo que, para prestar um serviço de excelência e qualidade aos cidadãos que as procuram, como também para desenvolver de forma eficiente e com qualidade e sem interrupção os trabalhos de Polícia Judiciária (Flagrantes, Inquéritos Policiais, Confecção de Boletins de Ocorrência, e), é de suma importância a aquisição de Colas, extintores, cliques, grampos, canetas etc.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BAURU	DR. LUCIANO DE BARROS FARO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Tendo em vista que a natureza do objeto consiste na aquisição de bens de consumo e materiais de uso comum, a Delegacia Seccional de Polícia de Bauru entende que os requisitos de habilitação poderão ser limitados ao estritamente necessário para assegurar a capacidade do fornecedor em cumprir as obrigações assumidas, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 Considerando o valor estimado da contratação, verificou-se que este se enquadra nas hipóteses legais que autorizam a realização do procedimento por meio de Dispensa de Licitação, nos termos da legislação vigente.

4.3 O objeto da aquisição — colas bastão, cliques de papel, caixas de arquivo, canetas, grampos, borrachas, fitas adesivas, lapiseiras, grafites, xícaras, copos descartáveis, bobinas de senha, refis, lâmpadas LED, plafoniers, bebedouros tipo garrafão, detectores de metais e extintores de incêndio — caracteriza-se como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, dispensando avaliações técnicas complexas.

4.4 Dessa forma, a adoção da Dispensa de Licitação mostra-se adequada e compatível com os princípios da economicidade, eficiência e celeridade administrativa, proporcionando maior agilidade ao atendimento da demanda da Administração, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na legislação aplicável.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Considerando a necessidade de suprimento contínuo das unidades policiais com materiais de consumo indispensáveis ao regular desempenho das atividades administrativas e operacionais, realizou-se levantamento de mercado visando à identificação das soluções disponíveis para atendimento da demanda referente à aquisição de colas bastão, clipes de papel, caixas de arquivo, canetas, grampos, borrachas, clipes, fitas adesivas, lapiseiras, grafites, xícaras, copos descartáveis, bobinas de senha, refil, lâmpadas led, plafoniers, bebedouros garrafão, detector de metais, extintores de incêndio.

5.2 No mercado atual, verificou-se a existência de diversas empresas especializadas no fornecimento dos referidos itens, tanto de forma individualizada quanto por meio de fornecimento conjunto, abrangendo fabricantes, distribuidores e atacadistas aptos a atender às especificações técnicas usualmente exigidas pela Administração Pública. Constatou-se, ainda, ampla competitividade entre fornecedores, circunstância que favorece a obtenção de propostas mais vantajosas e compatíveis com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

5.3 Foram analisadas as seguintes alternativas de contratação:

- a) aquisição por dispensa de licitação, mediante contratações diretas e fracionadas;
- b) adesão a atas de registro de preços de outros órgãos;
- c) contratação individualizada por item; e
- d) realização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adjudicação por itens ou grupos tecnicamente compatíveis.

5.4 A hipótese de contratação direta mostrou-se inadequada, tendo em vista o volume estimado da demanda e a necessidade de observância ao planejamento anual de contratações, além da possibilidade de caracterização de fracionamento indevido de despesa. A adesão a atas de outros órgãos, embora possível em tese, revelou-se menos vantajosa diante da ausência de garantia de atendimento integral das especificações, quantitativos e prazos necessários às unidades desta Administração.

5.5 Quanto à realização de certames individualizados para cada item, verificou-se que tal medida implicaria aumento de custos processuais, maior dispêndio de recursos humanos e administrativos, além de reduzir a eficiência operacional da contratação.

5.6 Dessa forma, concluiu-se que a solução mais adequada, sob os aspectos técnico e econômico, consiste na realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

5.7 A adoção da Dispensa de Licitação mostra-se adequada ao caso concreto, em razão do valor estimado da contratação enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, permitindo maior celeridade e eficiência na satisfação da necessidade administrativa, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, a realização da contratação por dispensa possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante pesquisa de preços e seleção da oferta mais adequada ao interesse público. Ademais, a contratação conjunta dos itens de consumo contínuo promove a racionalização logística, a padronização do fornecimento e maior eficiência na gestão das aquisições e no abastecimento das unidades policiais.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na realização de procedimento de **Dispensa de Licitação**, destinado à aquisição de materiais de consumo de uso contínuo, compreendendo colas bastão, clipes de papel, caixas de arquivo, canetas,

grampos, borrachas, fitas adesivas, lapiseiras, grafites, xícaras, copos descartáveis, bobinas de senha, refis, lâmpadas LED, plafoniers, bebedouros tipo garrafão, detectores de metais e extintores de incêndio, visando atender às necessidades da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais da unidade.

6.2 A contratação abrangerá o fornecimento integral dos itens, observadas as especificações técnicas, quantitativos estimados e padrões mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, de modo a assegurar a continuidade das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público desenvolvidas pelas unidades policiais.

6.3 A solução contempla bens classificados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a adoção do pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.4 A aquisição conjunta dos materiais visa proporcionar maior eficiência administrativa e logística, mediante centralização do processo de contratação, padronização dos produtos adquiridos, racionalização do controle de estoque e otimização da distribuição dos itens às unidades requisitantes.

6.5 Os materiais de expediente e de consumo contínuo, tais como colas bastão, clipes de papel, caixas de arquivo, canetas, grampos, borrachas, fitas adesivas, lapiseiras, grafites, bobinas de senha e refis, destinam-se ao atendimento das atividades administrativas, cartorárias e operacionais desenvolvidas pelas unidades policiais, sendo indispensáveis à produção documental, organização e arquivamento de processos, confecção de expedientes e ao regular funcionamento dos setores administrativos. As xícaras e os copos descartáveis destinam-se ao suporte das atividades administrativas diárias, ao atendimento de servidores, autoridades, colaboradores e cidadãos que utilizam os serviços prestados pela unidade policial. As lâmpadas LED e os plafoniers são destinados à manutenção e adequação das instalações prediais, garantindo iluminação apropriada aos ambientes de trabalho, segurança aos usuários e continuidade das atividades institucionais. Os bebedouros tipo garrafão visam assegurar o fornecimento de água potável aos servidores e ao público atendido, contribuindo para condições adequadas de permanência e atendimento nas dependências da unidade. Os detectores de metais e os extintores de incêndio destinam-se ao reforço das condições de segurança das instalações policiais, contribuindo para a proteção de servidores, usuários e patrimônio público, bem como para o atendimento às normas de segurança e prevenção de acidentes.

6.6 Considerando que o valor estimado da contratação se enquadra nas hipóteses previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a aquisição será realizada por meio de Dispensa de Licitação, observando-se os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6.7 Por fim, a solução adotada busca assegurar economicidade, eficiência, continuidade do abastecimento e adequada gestão dos recursos públicos, garantindo o atendimento das necessidades institucionais de forma planejada, regular e compatível com o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O presente estudo descreve e analisa este processo de Contratação de bens de consumo - COLAS BASTÃO, CLIPES DE PAPEL, CAIXAS DE ARQUIVO, CANETAS, GRAMPOS, BORRACHAS, CLIPES, FITAS ADESIVAS, LAPISEIRAS, GRAFITES, XÍCARAS, COPOS DESCARTÁVEIS, BOBINAS DE SENHA, REFIL, LÂMPADAS LED, PLAFONIERES, BEBEDOUROS GARRAFÃO, DETECTOR DE METAIS, EXTINTORES DE INCÊNDIO - para atendimento da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru e unidades subordinadas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	COLA. COMPOSIÇÃO: RESINA SINTÉTICA, GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES, COR: BRANCA	289499	TUBO DE 40 GRAMAS	120	9,57	1.148,40
2	CLIPES (FIXAÇÃO DE PAPÉIS E SIMILARES). FORMATO:	367973	CAIXA COM 50 UNIDADES	120	2,55	306,00

7.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

	PARALELO. MATERIAL: AÇO CARBONO, TAMANHO: 4/0,					
3	CAIXA ARQUIVO. MATERIAL: PAPELÃO KRAFT, ONDA SIMPLES, DIMENSÃO (C X L X A): 140 X 240 X 360 mm. Cor: pardo. impressão: Com campo para identificação	602026	UNIDADE	700	6,00	4.200,00
4	CANETA AZUL Caneta Esferográfica Material: Plástico , Quantidade Cargas: 1 UN, Material Ponta: Níquel Prateado com Esfera De Tungstênio, Tipo Escrita: Fina, Cor Tinta: Azul , Características Adicionais: : Corpo Sextavado, Transparente E Carga Substituível	307917	UNIDADE	350	1,59	556,50
5	CANETA MARCA TEXTO. Caneta Marca-Texto Material: Plástico , Tipo Ponta: Chanfrada , Cor: Amarela , Características Adicionais: Traço 4 Mm	486374	UNIDADE	100	2,00	200,00
6	CANETA PERMANENTE PRETA. Caneta Marcador Permanente Material: Plástico , Cor Tinta: Preta, Adicionais: Traço 4 Mm	364609	UNIDADE	100	6,28	628,00
7	GRAMPO. Grampo Grampeador Material: Aço Galvanizado , Tamanho: 26/6	290525	CAIXA COM 5000 UN.	120	10,97	1.316,40
8	BORRACHA. Borracha Apagadora Escrita Material: Borracha, Comprimento: mín. 40 MM, Largura: mín. 30 MM, Altura: mín. 10 MM, Cor: Branca , Características Adicionais: Capa Plástica Protetora	450795	UNIDADE	120	3,35	402,00
9	CLIPES 8/0. Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado , Tamanho: 8 /0 , Material: Arame De Aço , Formato: Paralelo	458597	CAIXA COM 25 UNIDADES	50	2,90	145,00
10	FITA ADESIVA MARROM. Fita Adesiva Material: Polipropileno , Tipo: Gomada , Largura: 48 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Marrom , Aplicação: Empacotamento.	290035	UNIDADE	30	4,86	145,80
11	FITA ADESIVA TRANSPARENTE . Fita Adesiva Material: Polipropileno	303747	ROLO	120	6,48	777,60

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 44.887,73

8.1 A estimativa de quantidades e valores da contratação está prevista no campo 1, como também a descrição sucinta dos objetos, cujo valor estimado é de **TOTAL R\$ 42.097,73 (quarenta e dois mil, noventa e sete reais e setenta e três centavos)** para o exercício de 2026.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A adoção do fornecimento integral dos materiais mostra-se necessária e tecnicamente adequada em razão da natureza contínua e essencial das atividades desempenhadas pelas unidades policiais, as quais não podem sofrer interrupções

	Transparente, Tipo: Monoface, Largura: 48 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Incolor , Aplicação: Multiuso					
12	LAPISEIRA. Lapiseira Material: Plástico , Diâmetro Carga: 0,9 MM, Características Adicionais: C /Prendedor, Ponta E Acionador De Metal C/Borracha	252587	UNIDADE	70	7,00	490,00
13	GRAFITE. Grafite Diâmetro: 0,9 MM, Aplicação: Lapiseira , Características Adicionais: Tipo: Hb	364047	TUBO COM 12 UN.	60	3,91	234,60
14	XÍCARAS PERSONALIZADAS xícaras capacidade: 80 a 85 ml, características adicionais: com pires, cor: preto, material: porcelana. Unidade de fornecimento: Unidade	306969	UNIDADE	176	21,32	3.752,32
15	COPO DESCARTÁVEIS. Copo Descartável Material: Polipropileno , Capacidade: 180 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Atóxico E Biodegradável	612245	PACOTE COM 100 UN.	100	6,44	644,00
16	COPO DESCARTÁVEL. Copo Descartável Material: Plástico , Capacidade: 80 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Atóxico, Biodegradável De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865 , Cor: Branco	417220	PACOTE COM 100 UN.	50	6,84	342,00
17	BOBINA PAPEL SENHA Bobina Papel Senha Material: Papel Térmico, Largura: 80 MM, Comprimento: 40 M, Cor: Branca	376141	UNIDADE	200	7,80	1.560,00
18	REFIL PURIFICADOR DE ÁGUA. Refil Material: Carvão Ativado e Membrana UF, EOS PREMIUM EPE01P	350146	UNIDADE	12	73,00	876,00
19	LÂMPADA LED. 7W A 10W. G13	468577	UNIDADE	40	12,94	517,60
20	PLAFONIER. ALUMÍNIO LUZ 6500K	485912	UNIDADE	25	24,02	600,50
21	PLAFONIER 30X 60CM	448562	UNIDADE	15	107,00	1.605,00
22	REFLETOR LED 50W, BIVOLT IP66	470263	UNIDADE	12	32,80	393,60
23	BEBEDOURO ÁGUA COLUNA AÇO	439361	UNIDADE	03	1.662,50	4.987,50
24	BEBEDOURO ÁGUA GALÃO	392319	UNIDADE	07	805,99	5.641,93
25	DETECTOR METAIS BASTÃO	614601	UNIDADE	04	179,30	717,20
26	EXTINTOR DE INCÊNDIO 10L CLASSE "A" - ÁGUA	476677	UNIDADE	06	182,63	1.095,78

decorrentes da ausência de insumos indispensáveis a o funcionamento administrativo e operacional.

9.2 A opção pelo fornecimento integral visa mitigar riscos relacionados ao eventual inadimplemento contratual, atrasos nas entregas parceladas ou descontinuidade d o abastecimento por parte do fornecedor contratado, situações que poderiam comprometer diretamente a rotina das unidades policiais e prejudicar a prestação do serviço público de segurança à população.

9.3 Os itens objeto da contratação possuem caráter essencial ao regular funcionamento das repartições policiais, especialmente os materiais de higiene, limpeza e expediente, indispensáveis à manutenção das condições mínimas de salubridade,

27	EXTINTOR DE INCÊNDIO CLASSE" A", "B" E "C" - PÓ QUÍMICO SECO	623903	UNIDADE	39	226,00	8.814,00	organização e execução das atividades
----	--	--------	---------	----	--------	----------	---

administrativas e cartorárias. Da mesma forma, os gêneros alimentícios são utilizados diariamente para suporte às atividades internas desenvolvidas pelos servidores em jornadas contínuas de trabalho.

9.4 Nesse contexto, eventual desabastecimento poderia ocasionar prejuízos à Administração Pública, comprometendo o atendimento ao público, a formalização de procedimentos policiais, a produção documental, a conservação dos ambientes institucionais e as condições adequadas de trabalho dos servidores.

9.5 Além disso, o fornecimento integral proporciona maior segurança administrativa e logística, permitindo formação de estoque suficiente para atendimento prolongado das demandas institucionais, reduzindo a dependência de entregas sucessivas e minimizando riscos decorrentes de atrasos, oscilações de mercado, dificuldades de transporte ou descumprimento contratual.

9.6 A medida também contribui para maior eficiência na fiscalização contratual, racionalização do recebimento dos materiais e melhor gerenciamento patrimonial e de estoque pela Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, assegurando a continuidade e regularidade dos serviços públicos prestados pelas unidades policiais subordinadas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes nas contratações em referência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Administração Pública, estando devidamente prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026, uma vez que a Contratante já possuía conhecimento prévio da necessidade de aquisição dos referidos materiais quando da elaboração do planejamento anual de contratações do corrente exercício.

11.2 A inclusão da demanda no planejamento administrativo decorre da natureza contínua e essencial dos bens a serem adquiridos, os quais são indispensáveis à manutenção das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pelas unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.

11.3 A contratação, portanto, observa o princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo maior previsibilidade orçamentária, racionalização das aquisições públicas e adequada gestão dos recursos públicos, além de assegurar a continuidade do abastecimento das unidades policiais e a regular prestação do serviço público de segurança.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A presente contratação proporcionará diversos benefícios à Administração Pública, especialmente no que se refere à continuidade, eficiência e regularidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pelas unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Bauru.

12.2 A aquisição dos materiais de consumo permitirá a manutenção adequada das rotinas institucionais, assegurando o pleno funcionamento das unidades policiais, sem prejuízo às atividades cartorárias, administrativas e de atendimento ao público.

12.3 A contratação também contribuirá para evitar desabastecimentos que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos, reduzindo riscos operacionais decorrentes da ausência de insumos essenciais ao desempenho das atividades policiais e administrativas.

12.4 Sob o aspecto administrativo, a realização da contratação por meio de Dispensa de Licitação promoverá maior padronização dos materiais adquiridos, racionalização logística, simplificação dos procedimentos de aquisição e otimização do controle de estoque e da distribuição dos itens às unidades requisitantes. Além disso, a contratação conjunta dos materiais contribuirá para maior eficiência na gestão dos recursos públicos, reduzindo custos operacionais e assegurando maior celeridade no atendimento das demandas da Administração.

12.5 No campo econômico, a adoção do procedimento de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, possibilitará maior celeridade na contratação e eficiência na aplicação dos recursos públicos, sem prejuízo da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante a realização de pesquisa de preços e análise da compatibilidade dos valores praticados no mercado. Dessa forma, busca-se assegurar o melhor aproveitamento dos recursos orçamentários disponíveis e o atendimento tempestivo das necessidades institucionais.

12.3 Além disso, o fornecimento integral dos itens proporcionará maior segurança administrativa, reduzindo riscos relacionados a atrasos, inadimplimentos contratuais e interrupções no abastecimento, garantindo estoque suficiente para atendimento contínuo das demandas institucionais.

12.4 A contratação contribuirá, ainda, para o fortalecimento da eficiência administrativa, observando os princípios da economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando melhores condições para o desempenho das atribuições institucionais da Polícia Civil.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Previamente à efetivação da contratação, a Administração Pública deverá adotar as providências administrativas necessárias à adequada instrução do procedimento licitatório, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

13.2 Inicialmente, deverão ser consolidadas as demandas encaminhadas pelas unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, com a definição dos quantitativos estimados e das especificações técnicas dos materiais a serem adquiridos, considerando o histórico de consumo, a necessidade de manutenção de estoque e a previsão de utilização durante o período contratual.

13.3 Deverá, ainda, ser elaborado o respectivo Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, contendo descrição detalhada dos itens, critérios de aceitação, requisitos de qualidade, condições de fornecimento, obrigações da contratada e demais elementos necessários à adequada execução contratual.

13.4 A Administração também deverá realizar pesquisa de preços junto ao mercado, em conformidade com os parâmetros legais e regulamentares vigentes, visando à obtenção de estimativa de preços compatível com os valores praticados no mercado e à verificação da vantajosidade da contratação.

13.5 Após a instrução processual, deverá ser providenciada a reserva orçamentária necessária ao atendimento da despesa, bem como a elaboração e publicação do edital do pregão eletrônico, observando os prazos legais e os princípios da publicidade, transparência e competitividade.

13.6 Concluído o procedimento licitatório, caberá à Administração designar servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual, competindo-lhes verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto aos prazos de entrega, qualidade dos produtos fornecidos e conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

13.7 Por fim, deverão ser adotadas medidas de controle de recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais às unidades policiais requisitantes, visando assegurar adequada gestão de estoque, preservação dos bens adquiridos e continuidade do abastecimento das atividades administrativas e operacionais da Polícia Civil.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 No que se refere aos possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, verifica-se que os materiais objeto da aquisição poderão gerar resíduos sólidos oriundos de embalagens, consumo de papel, produtos de higiene e demais materiais utilizados nas atividades administrativas e operacionais das unidades policiais.

14.2 Dessa forma, visando minimizar eventuais impactos ao meio ambiente, a Administração Pública adotará medidas voltadas à promoção da sustentabilidade e ao consumo responsável, observando, sempre que possível, critérios ambientais na seleção dos produtos a serem adquiridos.

14.3 Nesse contexto, será dada preferência à aquisição de produtos sustentáveis, biodegradáveis, recicláveis ou que apresentem menor impacto ambiental durante seu ciclo de vida, desde que atendidos os requisitos de qualidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública. Tal medida poderá abranger, por exemplo, produtos fabricados com materiais reciclados, embalagens recicláveis ou reduzidas, bem como itens produzidos em conformidade com normas ambientais aplicáveis.

14.4 Além disso, a Administração incentivará a adoção de práticas destinadas à redução da geração de resíduos, reutilização de materiais e descarte ambientalmente adequado dos produtos utilizados, especialmente no que se refere às embalagens, papéis e demais resíduos sólidos provenientes das atividades administrativas.

14.5 Também serão observadas orientações voltadas ao uso consciente dos materiais adquiridos, buscando racionalizar o consumo interno e reduzir desperdícios, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

14.6 Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação tendem a ser reduzidos e mitigados mediante a adoção de medidas de sustentabilidade, controle de consumo e gerenciamento adequado de resíduos, compatibilizando o atendimento das necessidades institucionais da Administração Pública com a preservação ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaro, para os devidos fins, que após análise das necessidades da Administração, das condições do mercado e dos requisitos técnicos e operacionais, verifica-se a **viabilidade da realização de procedimento na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO , na forma Eletrônica**, visando à contratação de empresa para fornecimento de bens.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BIANCA ARAUJO E SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/07/2026 às 15:41:36.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

PLANILHA DE DESCRIÇÃO DE OBJETO

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
1	Cola Composição: Resina Sintética, Glicerina, Água E Conservantes , Cor: Branca , Aplicação: Papel , Características Adicionais: Atóxica , Tipo: Bastão	289499	120	9,57	1.148,40

Estimativa de valores do item COLA BASTÃO. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item COLA BASTÃO (catmat 289499) tem um TOTAL estimado de R\$ 1.148,40 (um mil e cento e quarenta e oito reais e quarenta centavos), tendo como VALOR UNITÁRIO de R\$ 9,57 (nove reais e cinquenta e sete centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Clipe aplicação: fixar papéis e similares, formato: paralelo, material: aço carbono, tamanho: 4/0, tratamento superficial: niquelado Unidade de fornecimento: Caixa	367973	120	2,55	306,00

Estimativa de valores do item CLIPE. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item CLIPE (catmat 367973) tem um TOTAL estimado de R\$ 306,00 (trezentos e seis reais), tendo como VALOR UNITÁRIO de R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos)

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR INITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
3	Caixa Arquivo Material: Papelão Kraft, Onda Simples. , Dimensão (C X L X A): 140 X 240 X 360 Mm. CM, Cor: Pardo , Impressão: Com Campo Para Identificação , Características Adicionais: Apresentação Em Unidade	602026	700	6,00	4.200,00

Estimativa de valores do item CAIXA ARQUIVO. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item CAIXA ARQUIVO (catmat 602026) tem um TOTAL estimado de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), tendo como VALOR UNITÁRIO de R\$ 6,00 (seis reais)

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
4	Caneta Esferográfica Material: Plástico , Quantidade Cargas: 1 UN, Material Ponta: Níquel Prateado com Esfera De Tungstênio, Tipo Escrita: Fina, Cor Tinta: Azul , Características Adicionais: : Corpo Sextavado, Transparente E Carga Substituível	307917	350	1,59	556,50

Estimativa de valores do item CANETA ESFEROGRÁFICA. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item CANETA ESFEROGRÁFICA (catmat 307917) tem um TOTAL estimado de R\$ 556,50 (quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos), tendo como valor unitário de R\$ 1,59 (um real e cinquenta e nove centavos)

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
5	Caneta Marca-Texto Material: Plástico , Tipo Ponta: Chanfrada , Cor: Amarela , Características Adicionais: Traço 4 Mm	486374	100	2,00	200,00

Estimativa de valores do item CANETA MARCA TEXTO. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item CANETA MARCA TEXTO (catmat 486374) tem um TOTAL estimado de R\$ 200,00 (duzentos reais), tendo como valor

unitário de R\$ 2,00 (dois reais)

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
6	Caneta Marcador Permanente Material: Plástico , Cor Tinta: Preta , Características Adicionais: Ponta Chanfrada Adicionais: Traço 4 Mm	364609	100	6,28	628,00

Estimativa de valores do item CANETA PERMANENTE. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item CANETA PERMANENTE (catmat 364609) tem um TOTAL estimado de R\$ 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais), tendo como valor unitário de R\$ 6,28 (seis reais e vinte e oito centavos)

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
7	Grampo Grampeador Material: Aço Galvanizado , Tamanho: 26/6	290525	120	10,97	1.316,40

Estimativa de valores do item GRAMPO. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item GRAMPO (catmat 290525) tem um TOTAL estimado de R\$ 1.316,40 (um mil e trezentos e dezesseis reais e quarenta centavos), tendo como valor unitário de R\$ 10,97 (dez reais e noventa e sete centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Borracha Apagadora Escrita Material: Borracha, Comprimento: mín. 40 MM, Largura: mín. 30 MM, Altura: mín. 10 MM, Cor: Branca , Características Adicionais: Capa Plástica Protetora	450795	120	3,35	402,00

Estimativa de valores do item BORRACHA. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item BORRACHA (catmat 450795) tem um TOTAL estimado de R\$ 402,00 (quatrocentos e dois reais), tendo como valor unitário de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado , Tamanho: 8/0 , Material: Arame De Aço , Formato: Paralelo	458597	50	2,90	145,00

Estimativa de valores do item CLIPE. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item CLIPE (catmat 458597) tem um TOTAL estimado de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais), tendo como valor unitário de R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	Fita Adesiva Material: Polipropileno , Tipo: Gomada , Largura: 48 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Marrom , Aplicação: Empacotamento *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	290035	30	4,86	145,80

Estimativa de valores do item FITA ADESIVA MARROM. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item FITA ADESIVA MARROM (catmat 290035) tem um TOTAL estimado de R\$ 148,80 (cento e quarenta e oito reais e oitenta centavos), tendo como valor unitário de R\$ 4,86 (quatro reais e oitenta centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
------	---------------	--------	------------	-------	-------

				UNITÁRIO	TOTAL
11	Fita Adesiva Material: Polipropileno Transparente, Tipo: Monoface, Largura: 48 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Incolor , Aplicação: Multiuso	303747	120	6,48	777,60

Estimativa de valores do item FITA ADESIVA TRANSPARENTE. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item FITA ADESIVA TRANSPARENTE (catmat 303747) tem um TOTAL estimado de R\$ 777,60 (setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), tendo como valor unitário de R\$ 6,48 (seis reais e quarenta e oito centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	Lapiseira Material: Plástico , Diâmetro Carga: 0,9 MM, Características Adicionais: C/Prendedor, Ponta E Acionador De Metal C/Borracha	252587	70	7,00	490,00

Estimativa de valores do item LAPISEIRA. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item LAPISEIRA (catmat 252587) tem um TOTAL estimado de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), tendo como valor unitário de R\$ 7,00 (sete reais)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOT TOTAL
13	Grafite Diâmetro: 0,9 MM, Aplicação: Lapiseira , Características Adicionais: Tipo: Hb *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	364047	60	3,91	234,60

Estimativa de valores do item GRAFITE. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item GRAFITE (catmat 364047) tem um TOTAL estimado de R\$ 234,60 (duzentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos), tendo como valor unitário de R\$ 3,91 (três reais e noventa e um centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
------	---------------	--------	------------	-------	-------

				UNITÁRIO	TOTAL
14	xícaras capacidade: 80 a 85 ml, características adicionais: com pires, cor: preto, material: porcelana. Unidade de fornecimento: Unidade *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	306969	176	21,32	3.752,32

Estimativa de valores do item XÍCARAS. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item XÍCARAS (catmat 306969) tem um TOTAL estimado de R\$ 3.752,32 (três mil e setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos), tendo como valor unitário de R\$ 21,32 (vinte e um reais e trinta e dois centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Copo Descartável Material: Polipropileno , Capacidade: 180 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Atóxico E Biodegradável	612245	100	6,44	644,00

Estimativa de valores do item COPO DESCARTÁVEL 180. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item COPO DESCARTÁVEL 180 (catmat 612245) tem um TOTAL estimado de R\$ 644,00 (seiscentos e quarenta e quatro reais), tendo como valor unitário de R\$ 6,44 (seis reais e quarenta e quatro centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	Copo Descartável Material: Plástico , Capacidade: 80 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Atóxico, Biodegradável De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865 , Cor: Branco	417220	50	6,84	342,00

Estimativa de valores do item COPO DESCARTÁVEL 80. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item COPO DESCARTÁVEL 80 (catmat 417220) tem um TOTAL estimado de R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais), tendo como valor unitário de R\$ 6,84 (seis reais e oitenta e quatro centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	Bobina Papel Senha Material: Papel Térmico, Largura: 80 MM, Comprimento: 40 M, Cor: Branca *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	376141	200	7,80	1.560,00

Estimativa de valores do item BOBINA DE PAPEL. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item BOBINA DE PAPEL (catmat 376141) tem um TOTAL estimado de R\$ 1.560,00 (um mil e quinhentos e sessenta reais), tendo como valor unitário de R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	Refil Material: Carvão Ativado e Membrana UF, Aplicação: Purificador de água. EOS Premium Eletronico All Black EPE01P, Bivolt *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	350146	12	73,00	876,00

Estimativa de valores do item REFIL BEBEDOURO. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item REFIL BEBEDOURO (catmat 350146) tem um TOTAL estimado de R\$ 876,00 (oitocentos e setenta e seis reais), tendo como valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	Lâmpada Led Modelo: Led , Tensão Nominal: Bivolt, Potência Nominal: 9 W a 10W, Tipo Base: G13, Temperatura De Cor: 6500k, Formato: Tubular T8, Comprimento: 60 cm	468577	40	12,94	517,60

Estimativa de valores do item LÂMPADA. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item LÂMPADA (catmat 468577) tem um TOTAL estimado de R\$ 517,60 (quinhentos e dezessete reais e sessenta centavos), tendo como valor unitário de R\$ 12,94 (doze reais e noventa e quatro centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	Plafonier Material Corpo: Alumínio E Acrílico, Formato: Quadrado, Tipo Lâmpada: Led, Luz Branca 6500k Potência Lâmpada: 18W, Cor: Branca , Características Adicionais: Bivolt, slim, Sobrepor *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	485912	25	24,02	600,50

Estimativa de valores do item PLAFONIER. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item PLAFONIER (catmat 485912) tem um TOTAL estimado de R\$ 600,50 (seiscentos reais e cinquenta centavos), tendo como valor unitário de R\$ 24,02 (vinte e quatro reais e dois centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	Plafonier Material Corpo: Alumínio E Acrílico, Formato: Retangula, Tipo Lâmpada: Led Retangular, Luz branca 6500k Potência Lâmpada: 40W, Cor: Branca: Características Adicionais: Bivolt, slim,	448562	15	107,00	1.605,00

	sobrepor, Tamanho: 30CM x 60CM, *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)				
--	--	--	--	--	--

Estimativa de valores do item PLAFONIER. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item PLAFONIER (catmat 448562) tem um TOTAL estimado de R\$ 1.070,00 (um mil e setenta reais), tendo como valor unitário de R\$ 107,00 (cento e sete reais)

TEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	Refletor Material Corpo: Alumínio, Aplicação: Sistema de Iluminação, Tipo Lâmpada: Led , Potência Lâmpada: 50 W, Tensão Alimentação: Bivolt , Grau Proteção: Ip66 (Tabela Ingress Protection) , Características Adicionais: Haste Direcionável, Fluxo Luminoso: de 3.700 a 3.900 LM, Temperatura De Cor: 6.500 *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	470263	12	32,80	393,60

Estimativa de valores do item REFLETOR. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item REFLETOR (catmat 470263) tem um TOTAL estimado de R\$ 393,60 (trezentos e noventa e três reais e sessenta centavos), tendo como valor unitário de R\$ 32,80 (trinta e dois reais e oitenta centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
23	Bebedouro Água Tipo Coluna, Pressão, Características Adicionais: 2 Saídas, Termostato Regulável, Material Aço Inoxidável *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	439361	03	1.662,50	4.987,50

Estimativa de valores do item BEBEDOURO PRESSÃO. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item BEBEDOURO PRESSÃO (catmat 439361) tem um TOTAL estimado de R\$ 8.312,50 (oito mil e trezentos e doze reais e cinquenta centavos), tendo como valor unitário de R\$ 1.662,50 (um mil e seiscentos e sessenta e dois reais cinquenta centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	Bebedouro Água Garrafão Material: Aço Inoxidável , Tipo: Elétrico De Coluna , Capacidade: 20 L, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: Gás Ecológico/2 Torneiras (Água Natural/Gelada) *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	392319	07	805,99	5.641,93

Estimativa de valores do item BEBEDOURO GARRAFÃO. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item BEBEDOURO GARRAFÃO (catmat 392319) tem um TOTAL estimado de R\$ 5.641,93 (cinco mil e seiscentos e quarenta e

um reais e noventa e três centavos), tendo como valor unitário de R\$ 805,99 (oitocentos e cinco reais e noventa e nove centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
25	Detector Metais Formato: Bastão , Material: Plástico Injetado Abs Alto Impacto E Alumínio , Tipo Alarme: Sonoro , Aplicação: Localizador De Massas Metálicas Ferromagnéticas , Componentes Adicionais: Carregador, Bateria Recarregável , Características Adicionais: Capacidade De Localização De Até Ate 4 Metros *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA	614601	04	179,30	717,20

Estimativa de valores do item DETECTOR DE METAIS. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item DETECTOR DE METAIS (catmat 614601) tem um TOTAL estimado de R\$ 717,20 (setecentos e dezessete reais e vinte centavos), tendo como valor unitário de R\$ 179,30 (cento e setenta e nove reais e trinta centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	Extintor Incêndio Material Mangueira: Borracha , Material Trama: Aço , Material Difusor: Polietileno , Material Cilindro: Tubo Aço Sem Costura, Capacidade: 10 L, Pressão Serviço: 10,5 KGF/CM2 Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Epóxi-Pó na cor Vermelha, Normas Técnicas: Nbr 15808 Aplicação: Incêndio Classe "A" , Material Carga: Água Pressurizada Adicional: Com suporte de chão e parede *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	476677	06	182,63	1.095,78

Estimativa de valores do item EXTINTOR. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item EXTINTOR (catmat 476677) tem um TOTAL estimado de R\$ 1.095,78 (um mil e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos), tendo como valor unitário de R\$ 182,63 (cento e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	Extintor Incêndio Material Mangueira: Borracha , Material Trama: Nylon , Material Válvula Saída: Latão Forjado, Material Cilindro: Aço, Capacidade: 6 KG, Pressão Serviço: 10,5 KGF/CM2, Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Epóxi-Pó Eletrostático , Normas Técnicas: Nbr 15808 , Aplicação: Incêndio Classe "A", "B" E "C" , Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs Adicional: Com suporte de chão e parede *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)"A", "B" E "C" , Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs Adicional: Com suporte de chão e parede *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	623903	39	226,00	8.814,00

Estimativa de valores do item EXTINTOR. A descrição sucinta do objeto, estimativa de quantidades e valores da contratação para o item EXTINTOR (catmat 623903) tem um TOTAL

estimado de R\$ 8.814,00 (oito mil e oitocentos e quatorze reais), tendo como valor unitário de R\$ 226,00 (duzentos e vinte e seis reais)

PLANILHA DE PROPOSTA

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
1	Cola Composição: Resina Sintética, Glicerina, Água E Conservantes , Cor: Branca , Aplicação: Papel , Características Adicionais: Atóxica , Tipo: Bastão	289499	120	9,57	1.148,40

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Clipe aplicação: fixar papéis e similares, formato: paralelo, material: aço carbono, tamanho: 4/0, tratamento superficial: niquelado Unidade de fornecimento: Caixa	367973	120	2,55	306,00

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
3	Caixa Arquivo Material: Papelão Kraft, Onda Simples. , Dimensão (C X L X A): 140 X 240 X 360 Mm. CM, Cor: Pardo , Impressão: Com Campo Para Identificação , Características Adicionais: Apresentação Em Unidade	602026	700	6,00	4.200,00

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
4	Caneta Esferográfica Material: Plástico , Quantidade Cargas: 1 UN, Material Ponta: Níquel Prateado com Esfera De Tungstênio, Tipo Escrita: Fina, Cor Tinta: Azul , Características Adicionais: : Corpo Sextavado, Transparente E Carga	307917	350	1,59	556,50

	Substituível				
--	---------------------	--	--	--	--

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
5	Caneta Marca-Texto Material: Plástico , Tipo Ponta: Chanfrada , Cor: Amarela , Características Adicionais: Traço 4 Mm	486374	100	2,00	200,00

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
6	Caneta Marcador Permanente Material: Plástico , Cor Tinta: Preta , Características Adicionais: Ponta Chanfrada Adicionais: Traço 4 Mm	364609	100	6,28	628,00

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
7	Grampo Grampeador Material: Aço Galvanizado , Tamanho: 26/6	290525	120	10,97	1.316,40

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Borracha Apagadora Escrita Material: Borracha, Comprimento: mín. 40 MM, Largura: mín. 30 MM, Altura: mín. 10 MM, Cor: Branca , Características Adicionais: Capa Plástica Protetora	450795	120	3,35	402,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado , Tamanho: 8/0 , Material: Arame De Aço , Formato: Paralelo	458597	50	2,90	145,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	Fita Adesiva Material: Polipropileno , Tipo: Gomada , Largura: 48 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Marrom , Aplicação: Empacotamento *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	290035	30	4,86	145,80

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	Fita Adesiva Material: Polipropileno Transparente, Tipo: Monoface, Largura: 48 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Incolor , Aplicação: Multiuso	303747	120	6,48	777,60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	Lapiseira Material: Plástico , Diâmetro Carga: 0,9 MM, Características Adicionais: C/Prendedor, Ponta E Acionador De Metal C/Borracha	252587	70	7,00	490,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	Grafite Diâmetro: 0,9 MM, Aplicação: Lapiseira , Características Adicionais: Tipo: Hb *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	364047	60	3,91	234,60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	xícaras capacidade: 80 a 85 ml, características adicionais: com pires, cor: preto, material: porcelana. Unidade de fornecimento: Unidade *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	306969	176	21,32	3.752,32

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Copo Descartável Material: Polipropileno , Capacidade: 180 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Atóxico E Biodegradável	612245	100	6,44	644,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	Copo Descartável Material: Plástico , Capacidade: 80 ML, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Atóxico, Biodegradável De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865 , Cor: Branco	417220	50	6,84	342,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	Bobina Papel Senha Material: Papel Térmico, Largura: 80 MM, Comprimento: 40 M, Cor: Branca *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	376141	200	7,80	1.560,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	Refil Material: Carvão Ativado e Membrana UF, Aplicação: Purificador de água. EOS Premium Eletrônico All Black EPE01P, Bivolt *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE	350146	12	73,00	876,00

	REFERÊNCIA)				
--	-------------	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	Lâmpada Led Modelo: Led , Tensão Nominal: Bivolt, Potência Nominal: 9 W a 10W, Tipo Base: G13, Temperatura De Cor: 6500k, Formato: Tubular T8, Comprimento: 60 cm	468577	40	12,94	517,60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	Plafonier Material Corpo: Alumínio E Acrílico, Formato: Quadrado, Tipo Lâmpada: Led, Luz Branca 6500k Potência Lâmpada: 18W, Cor: Branca , Características Adicionais: Bivolt, slim, Sobrepor *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	485912	25	24,02	600,50

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	Plafonier Material Corpo: Alumínio E Acrílico, Formato: Retangula, Tipo Lâmpada: Led Retangular, Luz branca 6500k Potência Lâmpada: 40W, Cor: Branca: Características Adicionais: Bivolt, slim, sobrepôr, Tamanho: 30CM x 60CM, *(MAIOR DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	448562	15	107,00	1.070,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	Refletor Material Corpo: Alumínio, Aplicação: Sistema de Iluminação, Tipo Lâmpada: Led , Potência Lâmpada: 50 W, Tensão Alimentação: Bivolt , Grau Proteção: Ip66 (Tabela Ingress Protection) , Características Adicionais: Haste Direcionável, Fluxo Luminoso: de 3.700 a 3.900 LM, Temperatura De Cor: 6.500 *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	470263	12	32,80	393,60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
23	Bebedouro Água Tipo Coluna, Pressão, Características Adicionais: 2 Saídas, Termostato Regulável, Material Aço Inoxidável *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	439361	03	1.662,50	8.312,50

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	Bebedouro Água Garrafão Material: Aço Inoxidável , Tipo: Elétrico De Coluna , Capacidade: 20 L, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: Gás Ecológico/2 Torneiras (Água Natural/Gelada) *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	392319	07	805,99	5.641,93

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
25	Detector Metais Formato: Bastão , Material: Plástico Injetado Abs Alto Impacto E Alumínio , Tipo Alarme: Sonoro , Aplicação: Localizador De Massas Metálicas Ferromagnéticas , Componentes Adicionais: Carregador, Bateria Recarregável , Características Adicionais: Capacidade De Localização De Até Até 4 Metros *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	614601	04	179,30	717,20

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	Extintor Incêndio Material Mangueira: Borracha , Material Trama: Aço , Material Difusor: Polietileno , Material Cilindro: Tubo Aço Sem Costura, Capacidade: 10 L, Pressão Serviço: 10,5 KGF/CM2 Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Epóxi-Pó na cor Vermelha, Normas Técnicas: Nbr 15808 Aplicação: Incêndio Classe "A" , Material Carga: Água Pressurizada Adicional: Com suporte de chão e parede *(DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA)	476677	06	182,63	1.095,78

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	Extintor Incêndio Material Mangueira: Borracha , Material Trama: Nylon , Material Válvula Saída: Latão Forjado, Material Cilindro: Aço, Capacidade: 6 KG, Pressão Serviço: 10,5 KGF /CM2, Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Epóxi-Pó Eletrostático , Normas Técnicas: Nbr 15808 , Aplicação: Incêndio Classe "A", "B" E "C" , Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs Adicional: Com suporte de chão e parede	623903	39	226,00	8.814,00